



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Elói Martins Senhoras
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Organizações públicas e empresas privadas: estratégia, inovação e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

068 Organizações públicas e empresas privadas: estratégia, inovação e tecnologia / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-741-3

DOI 10.22533/at.ed.413211601

1. Organizações públicas. 2. Empresa privada. 3. Estratégia. 4. Inovação e Tecnologia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 346.81067

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo científico de Administração tem evoluído muito rapidamente ao longo das décadas por meio de uma estrutural tendência de crescente incorporação de novas agendas temáticas reflexivas aos avanços empíricos e às transformações na realidade tecnológica, organizacional e da própria sociedade.

Alicerçado na compreensão de que a construção do estado da arte no pensamento científico se fundamenta nas ricas experiências empíricas, o presente livro, “Organizações Públicas e Empresas Privadas: Estratégia, Inovação e Tecnologia” traz uma instigante agenda de estudos administrativos.

O objetivo de discutir desta obra coletiva, desenvolvida por um conjunto diferenciado de mais de 80 pesquisadoras e pesquisadores é discutir a realidade das organizações públicas e privadas por meio de uma reflexão imersiva sobre uma agenda tripartite de discussões relacionadas à estratégia, inovação e tecnologia.

Estruturado em 25 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Administração até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens quali-quantitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos, permeada pela pluralidade do pensamento e pela capacidade dialógica dos estudos.

Em função do paradigma eclético manifestado pela combinação de um conjunto diversificado de abordagens teórico-metodológicas, os principais eixos imersivos de condução dos debates focalizaram as agendas de logística, marketing, mercado de trabalho e gestão de pessoas, planejamento e gestão estratégica, bem como de empreendedorismo e inovação.

Com base nas discussões e resultados obtidos nesta obra, uma rica construção epistemológica é fornecida a um potencial amplo público leitor, fundamentada em relevantes análises de estudos de casos que corroboram teórica e conceitualmente para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a fluida realidade das organizações públicas e de empresas privadas no período contemporâneo.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APLICAÇÃO DE AUDITORIA NO SETOR DE ALMOXARIFADO

Aline dos Santos Nonato
Regiane de Fátima Bigaran Malta
Sinéia Tenório Cavalcante Rodrigues
Thiago Bergoci

DOI 10.22533/at.ed.4132116011

CAPÍTULO 2..... 14

APLICAÇÃO DA TEORIA DAS FILAS PARA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA DOS NAVIOS DO SISTEMA PORTUÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Rebecca Moura Lody
Tamires Marques de Souza Rodrigues
Shih Yung Chin

DOI 10.22533/at.ed.4132116012

CAPÍTULO 3..... 30

TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COMPRADOR-FORNECEDOR: DESEMPENHO PERCEBIDO EM RELAÇÃO À CADEIA DE SUPRIMENTO

João Barbosa França
Edgar Reyes Junior
Rafael Araújo Sousa Farias
Jonatas Dutra Sallaberry

DOI 10.22533/at.ed.4132116013

CAPÍTULO 4..... 43

CONSCIÊNCIA PARA QUE TE QUERO? SOBRE AS INFLUÊNCIAS DOS PROCESSOS INCONSCIENTES NO COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES

Cátia Fabíola Parreira de Avelar
Ricardo Teixeira Veiga
Pedro Henrique de Freitas Guimarães Nejm

DOI 10.22533/at.ed.4132116014

CAPÍTULO 5..... 61

A CONTRIBUIÇÃO DO NEUROMARKETING PARA AUMENTAR A VANTAGEM COMPETITIVA DAS EMPRESAS NO MERCADO CONSUMIDOR

Karina Szendela
Adriana Queiroz Silva

DOI 10.22533/at.ed.4132116015

CAPÍTULO 6..... 74

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A EXPERIÊNCIA CUBANA

Alexis Santiago Pérez Figueredo
Márcia Aparecida da Silva Pimentel

DOI 10.22533/at.ed.4132116016

CAPÍTULO 7	87
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO DO CASO IFOOD	
Walney Barbosa dos Reis	
Francisco Djalma Silva Luna	
DOI 10.22533/at.ed.4132116017	
CAPÍTULO 8	100
TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM EQUIPE PARA CONTRIBUIR COM A SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO, CONSTRUTOS GERAIS	
Valentín Alonso-Novelo	
Gustavo Alberto Barredo-Baqueiro	
Juana María Saucedo Soto	
Alicia Hernández Bonilla	
DOI 10.22533/at.ed.4132116018	
CAPÍTULO 9	108
ASSÉDIO MORAL: ANÁLISE DO TEMA POR MEIO DE UMA BIBLIOMETRIA	
Lígia Maria Heinzmann	
Valdir Machado Valadão Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.4132116019	
CAPÍTULO 10	125
ACUMULAR OU NÃO AS DICAS RECEBIDAS POR SUBORDINADOS OU FUNCIONÁRIOS NO MÉXICO	
Rosa Hilda Hernandez Sandoval	
Laura Leticia Gaona Tamez	
Gabriel Aguilera Mancilla	
Blanca Estela Montano Perez	
Juan Jesus Nahuat Arreguin	
Sergio Arcos Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.41321160110	
CAPÍTULO 11	135
COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS: ESTUDO DE CASO COM EGRESSOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE DE JANAÚBA/MG	
Fábio Cantuária Ribeiro	
Talita Ribeiro da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.41321160111	
CAPÍTULO 12	147
O SEGUNDO IDIOMA NAS EMPRESAS MULTINACIONAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA	
Roselis Natalina Mazzuchetti	
Luís Felipe Mazzuchetti Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.41321160112	

CAPÍTULO 13.....	154
INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL E SEUS HOT-TOPICS	
Giulia Xisto de Oliveira	
Debora Vestena	
Isabela Marques Kumer	
Gabriel Biondo Brasil	
Jaíne Pompeo Rodrigues	
Karine da Silveira Aquino	
Antonio Marcos Bezerra	
Eduarda Tschiedel da Silva	
Gabriela Campos Comin	
Marcella de Oliveira Xarão	
Victor Cesar Rodrigues Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.41321160113	
CAPÍTULO 14.....	168
INOVAÇÃO EMPREENDEDORA NA CADEIA PRODUTIVA DE PEDRAS PRECIOSAS DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Carine Dalla Valle	
Andrea Cristina Dorr	
DOI 10.22533/at.ed.41321160114	
CAPÍTULO 15.....	182
O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO NA ASSESSORIA DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PARA A INOVAÇÃO. UM ESTUDO EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	
Carlos Roberto Alves	
DOI 10.22533/at.ed.41321160115	
CAPÍTULO 16.....	194
FATORES INIBIDORES AO DESENVOLVIMENTO DE PATENTES EM MPES: UM ESTUDO NO SETOR DE EMBALAGENS PLÁSTICAS	
Rômulo Prezotto	
Djair Picchiali	
DOI 10.22533/at.ed.41321160116	
CAPÍTULO 17.....	218
DESENVOLVIMENTO DA TEORIA CONTÁBIL PARA AUXILIAR A GOVERNANÇA CORPORATIVA: PROPOSTAS DE OPORTUNIDADES DE PESQUISAS	
Rafael Araújo Sousa Farias	
João Barbosa França	
Jonatas Dutra Sallaberry	
DOI 10.22533/at.ed.41321160117	
CAPÍTULO 18.....	234
ALTERAÇÕES NAS NORMAS E OS EFEITOS NAS VARIÁVEIS FUNDAMENTALISTAS:	

UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3

Josicarla Soares Santiago
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
Fabiano Ferreira Batista
Yara Magaly Albano Soares

DOI 10.22533/at.ed.41321160118

CAPÍTULO 19.....247

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM PEQUENA E MICRO EMPRESA, SÃO LUÍS – MA/ BRASIL

Diego Padilha Trindade

DOI 10.22533/at.ed.41321160119

CAPÍTULO 20.....274

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Renato Luft
Cleber de Araujo
Jeysonn Isaac Balbinot
Daniel Artur Seelig

DOI 10.22533/at.ed.41321160120

CAPÍTULO 21.....287

GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO DE MANGUINHOS A PARTIR DO PAC-FAVELAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Leonardo Machado Coelho Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.41321160121

CAPÍTULO 22.....295

AS ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO, DEVEM ACEITAR A CAUSA DE IMPOSTO DE VALOR AGREGADO NO MÉXICO

Rosa Hilda Hernandez Sandoval
Laura Leticia Gaona Tamez
Gabriel Aguilera Mancilla
Juan Jesus Nahuat Arreguin
Blanca Estela Montano Perez
Valentin Alonso Novelo
Gustavo Alberto Barredo Baqueiro
Sergio Arcos Moreno

DOI 10.22533/at.ed.41321160122

CAPÍTULO 23.....308

VARIÁVEIS QUE AFETAM A INTENÇÃO EMPREENDEDORA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Juana María Saucedo Soto
Juan Bernardo Amezcua Núñez
Alicia del Socorro de la Peña de León

Viridiana Galván Maldonado

DOI 10.22533/at.ed.41321160123

CAPÍTULO 24.....320

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS DISCENTES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PESQUISA DE MARKETING

Danielle Lisboa da Motta

Jorge Alberto Velloso Saldanha

Heleno Ferreira Lima

DOI 10.22533/at.ed.41321160124

CAPÍTULO 25.....336

SATISFACCIÓN Y CULTURA ORGANIZACIONAL: ELEMENTOS INNOVADORES EN LA CALIDAD EN EL SERVICIO EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS MEXICANAS

Valentín Alonso-Novelo

Laura Leticia Gaona-Tamez

Jorge Ramón Salazar Cantón

Gabriel Aguilera Mancilla

Rosa Hilda Hernández-Sandoval

DOI 10.22533/at.ed.41321160125

SOBRE O ORGANIZADOR.....347

ÍNDICE REMISSIVO.....348

DESENVOLVIMENTO DA TEORIA CONTÁBIL PARA AUXILIAR A GOVERNANÇA CORPORATIVA: PROPOSTAS DE OPORTUNIDADES DE PESQUISAS

Data de aceite: 04/01/2021

Rafael Araújo Sousa Farias

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília - DF

<https://orcid.org/0000-0002-9052-1285>

João Barbosa França

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília - DF

<https://orcid.org/0000-0003-3591-1958>

Jonatas Dutra Sallaberry

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC)

Florianópolis – SC

<https://orcid.org/0000-0001-7492-727X>

RESUMO: Atualmente, é comum a separação entre os fornecedores de capital e seus administradores. Essa separação pode gerar uma série de adversidades às organizações, sendo esse fenômeno explicado pela Teoria da Agência. Diante desse contexto, a Governança Corporativa (GC) é utilizada com o objetivo de evitar e dirimir os problemas de agência, fazendo uso, dentre outros meios, da Contabilidade. É possível identificar relação entre a Contabilidade, que fornece as demonstrações contábeis, a GC, que se utiliza dessas informações para realizar suas ações, e os problemas de agência, dos quais a GC visa evitar e dirimir. Sabendo da existência de tal relação, a presente pesquisa se apresenta na forma de um ensaio teórico e possui o objetivo geral de propor caminhos para o desenvolvimento da teoria contábil e, conseqüentemente,

colaborar com a GC. Preconiza-se que a teoria contábil evoluirá ao aprimorar: a) a capacidade de medir os recursos intangíveis; b) a definição de lucro e seus componentes; c) a inteligibilidade das demonstrações contábeis; d) os conceitos de valor, custos imputados, custos econômicos, custo de oportunidade e custos perdidos; e) a capacidade de diminuir a subjetividade das demonstrações contábeis; f) a pluralidade de resultados, além da financeira; g) o alcance das demonstrações contábeis, de modo que consiga informar toda a sociedade; e h) a teoria acerca das imperfeições de mercado. Os pesquisadores possuem um vasto campo para explorar a teoria contábil e necessitam de ousadia para pensar além das normas estabelecidas. Por fim, ressalta-se a importância da responsabilidade social e ética no desenvolvimento e utilização da Contabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Corporativa; Teoria da Agência; Teoria da Contabilidade; Ensaio Teórico.

DEVELOPMENT OF ACCOUNTING THEORY TO ASSIST CORPORATE GOVERNANCE: PROPOSALS FOR RESEARCH OPPORTUNITIES

ABSTRACT: Currently, the separation between providers of capital and their administrators is a common fact. This separation can generate a series of adversities to organizations, and this phenomenon is explained by the Agency Theory. In this context, Corporate Governance (CG) is used with the aim of preventing and settling agency problems, making use, among other means, of Accounting. It is possible to identify the

relationship between Accounting, which provides financial statements, CG, which uses this information to perform its actions, and agency problems, which CG seeks to prevent and resolve. Based on the awareness of the existence of such a relationship, the present study is a theoretical essay and has the overall objective of proposing ways for the development of accounting theory and, consequently, collaborating with CG. It is advocated that accounting theory will evolve in order to improve: a) the ability to measure intangible resources; b) the definition of profit and its components; c) the intelligibility of financial statements; d) the concepts of value, imputed costs, economic costs, opportunity cost and sunk costs; e) the ability to decrease the subjectivity of accounting statements; f) the plurality of results, in addition to financial; g) the scope of financial statements, so that one can inform the whole of society; and h) the theory of market imperfections. The researchers have a vast field for exploring accounting theory and they need boldness to think beyond established standards. Finally, one should emphasize the importance of social responsibility and ethics in the development and use of accounting.

KEYWORDS: Corporate Governance; Agency Theory; Accounting Theory; Theoretical Essay.

1 | INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas têm dispensado atenção ao objetivo de compreender e aprimorar o fenômeno da Governança Corporativa (GC). O número crescente de trabalhos publicados acerca do tema (CORREIA; AMARAL, 2008) está relacionado, em parte, às mudanças que ocorreram na estrutura societária das empresas, antes centrada em uma pessoa, hoje composta por diversos acionistas (ARRUDA; MADRUGA; FREITAS JR., 2008). Somado a essa mudança, houve alteração no modelo de gestão das organizações. Anteriormente, o proprietário geria a organização. No presente, há uma separação entre os fornecedores de capital e os administradores (ARRUDA; MADRUGA; FREITAS JR., 2008; MARTIN; SANTOS; DIAS FILHO, 2004).

Quando essa situação se configura, uma série de problemas pode ocorrer, sendo esses explicados pela Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976). A GC faz uso de diversos meios para amenizar problemas de agência como a assimetria da informação, perda de valor da organização e desalinhamento de interesses entre os principais e agentes (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2011; HOLM; SCHOLER, 2010; KRIECK; KAYO, 2013; LORENCINI; COSTA, 2012).

Os problemas de agência são influenciados pela distribuição desigual de informações, uma vez que os gestores possuem mais conhecimento sobre o funcionamento da organização do que os *stakeholders* (MARTINS; FAMÁ, 2012). É nesse sentido – de amenizar a assimetria informacional – que a Contabilidade exerce importante função. Segundo a *American Accounting Association* (AAA), Contabilidade é o “processo de identificação, mensuração e comunicação de informações econômicas para permitir julgamentos e decisões pelos usuários das informações”. É possível identificar relação entre a Contabilidade, que fornece as demonstrações contábeis, a GC, que se utiliza

dessas informações para realizar suas ações, e os problemas de agência, dos quais a GC visa evitar e dirimir.

A presente pesquisa se apresenta na forma de um ensaio teórico e possui o objetivo geral de propor caminhos para o desenvolvimento da teoria contábil. Para tal, o trabalho debate a importância e a responsabilidade da Contabilidade como ciência social e a sua colaboração para com a GC. Esse tipo de pesquisa possui caráter discursivo, realiza uma exposição lógica e reflexiva de um tema e utiliza uma argumentação com alto nível de interpretação e julgamento por parte do autor (SEVERINO, 2013). Na construção de um ensaio teórico, o autor possui mais liberdade para defender um posicionamento sem se apoiar em rigoroso aparato científico e bibliográfico (SEVERINO, 2013). Apesar dessas características, o ensaio não dispensa o rigor lógico e o encadeamento de ideias e argumentos.

2 | TEORIA DA AGÊNCIA

A teoria econômica clássica se baseava nos pressupostos de que as empresas eram organizações racionais que otimizavam o lucro econômico e possuíam apenas um dono – proprietário e gestor (VARGAS; ALMEIDA; MARIA JR., 2014). Essa realidade mudou e rompeu tais paradigmas (LOPES; MARTINS, 2005). A Teoria da Agência afirma que a relação entre os agentes – aqueles que administram as empresas – e os principais – donos do capital –, pode ser abalada pela existência de conflitos de interesses ou, até mesmo, por ações oportunistas nas quais os gestores buscam maximizar seus ganhos em detrimento dos objetivos da organização (JENSEN; MECKLING, 1976; ROSS, 1973). Quanto mais divergentes forem os interesses das partes, mais difícil se torna para os principais induzirem os gestores a se comportar de maneira favorável à organização (CALVE *et al.*, 2013), uma vez que os gestores demandam recompensas para tomarem decisões que favoreçam os proprietários da firma (GROSSMAN; HART, 1983).

A mudança na realidade social exigiu aperfeiçoamentos por parte da governança das empresas e da Ciência Contábil. Em 1986, Watts e Zimmerman já buscavam explicar e prever as mudanças na prática contábil para lidar com os problemas de agência. A Contabilidade desempenha um papel fundamental na relação entre principal e agente e deve ser capaz de lidar com algumas situações e comportamentos previsíveis, como (BOTINHA; LEMES, 2016; JENSEN; MECKLING, 1976; WATTS; ZIMMERMAN, 1986): primeiramente, os administradores que recebem benefícios atrelados ao lucro da empresa tendem a exercer procedimentos contábeis que o aumente. Em segundo lugar, as empresas que apresentam alto grau de endividamento tendem a exercer procedimentos contábeis que aumentem o lucro para facilitar a obtenção de capital de terceiros. Por fim, as empresas de grande porte tendem a exercer procedimentos contábeis que diminuam o lucro para amenizar a pressão e cobrança de atitudes por parte do governo e da sociedade.

As partes envolvidas na relação de agência buscam potencializar seus ganhos, sendo necessários contratos e mecanismos que assegurem um relacionamento justo (JENSEN; MECKLING, 1976). Os contratos, mecanismos e a política de remuneração e de incentivos aos gestores têm como objetivo estabelecer uma conexão entre a riqueza dos agentes e principais, fazendo com que os tomadores de decisão se beneficiem com a geração de valor da firma (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2014).

A transparência das ações dos gestores é uma forma de prevenir e dirimir os problemas de agência. Os investidores utilizam a Contabilidade como um instrumento para avaliar a situação da empresa e para reduzir a assimetria informacional (LOPES; MARTINS, 2005), que pode ocorrer tanto pela incapacidade por parte do principal em monitorar o agente, quanto por ação deliberada dos agentes em revelar informações imperfeitas, mediante relatórios e informações contábeis incompletas (QUEIROZ *et al.*, 2013). A visão compartilhada por Lopes e Martins (2005) expõe que o envio de informações seria discricionário e os administradores podem manipular as informações, fornecendo números que iludam os usuários. Cabe frisar que não são todas as escolhas contábeis que se configuram como gerenciamento de resultados ou manipulação de informações. As escolhas e julgamentos estão presentes nas rotinas contábeis, uma vez que as situações das empresas mudam, exigindo mudanças na Contabilidade, assim, não é possível criar regras antecipadamente para todos os fatos (FIELDS; LYS; VICENT, 2001).

Em suma, a Teoria da Agência é uma importante abordagem utilizada para compreender a aplicação das práticas contábeis, a assimetria da informação e os conflitos de agência. É uma estrutura conceitual muito utilizada por pesquisadores interessados em temas que envolvem questões de escolha de métodos contábeis, políticas de incentivos e mecanismos para gerenciá-los (BOTINHA; LEMES, 2016; TAPLIN; YUAN; BROWN, 2014). Essa teoria tem sido um dos principais arcabouços teóricos utilizados nas pesquisas envolvendo o ambiente organizacional (CALVE *et al.*, 2013; HOLMSTROM, 1979).

3 | GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa pode ser entendida como um conjunto de mecanismos aplicado em uma organização com o objetivo de engajar os gestores aos interesses de seus fornecedores de capital (SHLEIFER; VISHNY, 1997). Abrange um quadro de princípios e práticas de gestão que objetivam minimizar atritos entre as partes interessadas, valorizar a empresa e aumentar o retorno para os acionistas (ANDRADE, 2008). Referindo-se apenas às companhias de capital aberto, Blair (1995) afirma que a GC abrange todo o conjunto legal, cultural e institucional que determinam quem deve controlar a organização, o que pode fazer, como o controle será exercido e como os riscos e retornos das atividades serão alocados. Entretanto, há de se destacar que a GC é um fenômeno que pode ser aplicado em todos os tipos organização, sendo de capital aberto ou fechado, com orientação ao

lucro ou sem fins lucrativos (BORTOLON; SILVA JR., 2015; TURNBULL, 1997).

Originalmente esse fenômeno foi denominado de *Corporate Governance*, ganhou mais importância após a crise de 1929 e mais destaque nos EUA e na Inglaterra, devido à relevância e desenvolvimento de seus mercados de valores (SOUZA; BORBA, 2007). Entretanto, apenas nas últimas décadas os conceitos inerentes à GC estão se transformando em práticas relevantes (CARVALHAL DA SILVA, 2004). A atenção dada à GC se intensificou após inúmeros casos de fraudes contábeis ocorridos na primeira década deste século, que resultou, entre outras situações, na falência da Enron, no fechamento de grandes empresas de auditoria norte-americanas e na crise do setor mobiliário de 2008 (MARQUES *et al.*, 2015). Nesse contexto de descobertas da atuação da Contabilidade criativa e da evidenciação do dano econômico e social que pode causar, as práticas de GC vêm sendo cobradas pelos investidores e governos, e institucionalizadas em por todo o mundo (GRÜN, 2005).

Especificamente no Brasil, dois acontecimentos foram importantes e realçaram a relevância da GC nas empresas. Primeiro, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), no ano 1995. Essa organização foi pioneira ao atuar na divulgação de informações, promover eventos e publicar obras que incentivam o debate acerca do tema (IBGC, 2015). O segundo acontecimento importante em favor da promoção da GC foi a criação dos níveis diferenciados de Governança Corporativa por parte da BM&FBOVESPA, atualmente BRASIL, BOLSA, BALCÃO – B3, no ano 2000 (MAPURUNGA *et al.*, 2011; SANTANDER, 2010). A B3 passou a ter três níveis diferenciados de GC – Nível I, Nível II e Novo Mercado –, cujo objetivo é classificar as empresas segundo suas práticas de GC (SOUZA *et al.*, 2015).

Para as empresas, são muitas as vantagens em desenvolver uma boa GC, uma vez que, aumentam as chances de se desenvolver um ambiente favorável aos *stakeholders*, além de contribuir com a obtenção de valor aos olhos dos investidores, assim, é mais fácil obter capital de terceiros (ALMEIDA *et al.*, 2010; LAMEIRA JR.; NESS; MACEDO-SOARES, 2007; LEAL; CARVALHAL DA SILVA; VALADARES, 2002). Além disso, boas práticas de GC contribuem para a diminuição dos problemas de agência e promovem uma gestão mais transparente e ética (HALTER; ARRUDA, 2009; MOSTOVICZ; KAKABADSE; KAKABADSE, 2009).

4 | CONTABILIDADE – PASSADO E PRESENTE

Inicialmente, há de se fazer uma breve passagem pela história da Contabilidade, partindo do século XIV. Nessa época, a Contabilidade se resumia à atividade de escriturar as informações e transações realizadas pelos comerciantes venezianos, restringindo-se, assim, à prática. O ato de se registrar os eventos mediante a utilização de partidas dobradas era visto como sinônimo de aplicação da Contabilidade. As técnicas de escrituração

utilizadas foram influenciadas por autores como Leonardo Fibonacci (1202) e Luca Pacioli (1494) (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

A Contabilidade se desenvolveu conforme a sociedade lhe exigia soluções para problemas reais. Muitos fatores históricos foram propulsores da Ciência Contábil, até mesmo alguns “pouco prováveis”, que nada parecia ter relação com a Contabilidade. Entre esses, Hendriksen e Van Breda (1999) citam a invenção da vela triangular (vela latina), que permitiu que as embarcações navegassem contra o vento, o que intensificou o comércio da época; e a peste bubônica (ou peste negra), que matou cerca de um terço da população europeia, reformulando a estrutura social e de negócios da época.

Martin (2002) elenca uma série de acontecimentos que fez com que o modelo contábil-financeiro precisasse evoluir: a revolução industrial (sec. XVIII); o surgimento de grandes companhias com centros de negócios separados fisicamente (sec. XIX); o surgimento dos primeiros conglomerados empresariais (sec. XIX); o advento da administração científica de Taylor e Fayol (sec. XX); o desenvolvimento dos mercados financeiros e a emergência das empresas abertas (sec. XX), entre outros fatores.

Apesar de a Contabilidade ter demonstrado sua utilidade e capacidade para resolver problemas, se adaptar aos novos cenários e revelar seu caráter utilitarista, há de se questionar o que os pesquisadores da área têm feito para fortalecê-la como ciência. A partir da segunda metade do século XX, a Contabilidade, como disciplina acadêmica, ampliou seu objetivo de: formar profissionais aplicadores de procedimentos contábeis, para: desenvolver o conhecimento científico (FARIAS; MARTINS, 2015; MATTESSICH, 1996). Assim, as atividades dos estudantes da Contabilidade se expandiram para processos tipicamente científicos, como: solucionar problemas de pesquisa, criar definições precisas para elementos da Contabilidade, explicar fatos relacionados ao seu contexto de pesquisa, entre outros (FARIAS; MARTINS, 2015). Deve a Contabilidade ser capaz de estabelecer relações entre causas e efeitos, identificar leis e padrões de comportamento dos fenômenos, desenvolver teorias, além de dar ao campo de conhecimento um amplo “guarda-chuva” conceitual (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005; FARIAS; MARTINS, 2015). Desenvolver e contextualizar teorias é necessário à Ciência Contábil.

O pouco debate conduzido por pesquisadores da área contábil, acerca de teorias, limita a geração de conhecimento (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001; HOLTHAUSEN; WATTS, 2001). Como uma ciência pode se desenvolver sem que seja embasada em debates teóricos? Argumentando na mesma direção, Borba, Poeta e Vicente (2011) destacam que há necessidade do desenvolvimento da teoria contábil, bem como, aponta Marion (1997, p. 4): “sair da rotina das normas habituais leva parte dos profissionais da área a buscar socorro em diversas fontes. Será que estas novas disposições são tão complexas assim ou estaria faltando embasamento teórico para interpretá-las?”. Ainda nessa direção, Kam (1990) afirma que é mediante o desenvolvimento de teorias que os estudiosos da Contabilidade conseguirão obter respostas e, então, conseguirão boas práticas. Para o

autor, é surpreendente a dificuldade que muitos profissionais da Contabilidade encontram ao explicar determinadas situações que seriam facilmente elucidadas com a utilização de teorias.

Uma justificativa que pode vir a ser utilizada para explicar a ausência de trabalhos teóricos na Contabilidade é o fato de que ela, muitas vezes, deve obedecer aos órgãos reguladores, aos pronunciamentos contábeis e utilizar a Contabilidade Financeira para atender às exigências do Fisco. Martin (2002) explica que o Fisco exige que as demonstrações contábeis sejam elaboradas sobre determinadas diretrizes de seu interesse, uma vez que as demonstrações formam a base da prestação de contas das empresas com os arrecadadores de impostos. A subordinação excessiva aos interesses fiscais e o desvio de foco da Contabilidade gerencial faz com que muitos profissionais se acomodem, esperem as normatizações do Fisco e parem de refletir sobre o desenvolvimento da Contabilidade como ciência. “Para que teorias, se temos que fazer o que o Fisco exige?”, muitos perguntam.

A Contabilidade, como ciência, é muito mais ampla e possui responsabilidades maiores que a apuração de impostos. Possui responsabilidades e obrigações perante a sociedade. Esse argumento – responsabilidades e obrigações – merece ser justificado, lembrando alguns fatos que reforçam a ideia de que a Contabilidade não deve ser apenas replicadora de ordens e normas. A Contabilidade precisa de reflexão sobre suas obrigações sociais e se olhar como ciência, debatendo sobre as teorias que lhe são cabíveis. Apenas cumprir ordens, sem a devida reflexão é uma atitude arriscada. Há de se lembrar casos recentes de manipulação das demonstrações contábeis com o objetivo de maximizar os ganhos dos gestores.

Recentemente, como bem salientam Iudícibus *et al.* (2011), os escândalos financeiros e corporativos ocorridos nos EUA tiveram participação direta de contadores e empresas de auditoria, e fez com que o então presidente daquele país, George W. Bush, afirmasse que era necessário tirar a Contabilidade das sombras. Foi promovido um grande debate acerca do ensino acadêmico da Ciência Contábil, embasado em três principais eixos, sendo eles: a exploração do caráter retórico, político e ideológico da natureza da Contabilidade, a verificação da pobreza do discurso nos currículos dos cursos de Ciências Contábeis e a promoção de uma melhor compreensão da história da Contabilidade e suas teorias, mediante leituras e debates acerca dos antepassados intelectuais (IUDÍCIBUS *et al.*, 2011). Interessante observar que, após os escândalos financeiros que afetaram diretamente a vida de milhões de trabalhadores e ter ficado comprovado que, em muitos casos, os profissionais da Contabilidade agiram deliberadamente contra os interesses dos funcionários e investidores de empresas que faliram, as ações realizadas para melhorar o padrão contábil não tenha sido o desenvolvimento de práticas contábeis tecnicamente superiores, mas sim, ações que buscaram a formação de profissionais mais críticos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2011).

Foi correto os contadores apenas “cumprirem ordens”? Os contadores não tiveram ética? Eles tinham consciência de como o seu trabalho afeta toda a sociedade e a vida das pessoas ou estavam apenas interessados em aplicar as normas estabelecidas? Antes de pensar em respostas, há de se voltar um pouco mais no tempo e lembrar de duas passagens vergonhosas da humanidade.

Primeiro, ao período do Holocausto. Momento em que a Alemanha nazista conduziu uma política de Estado que objetivava aniquilar o povo judeu. Nesse cenário, a Contabilidade teve uma importante contribuição ao participar de todas as etapas do Holocausto (FUNNELL, 1998; MENDONÇA *et al.*, 2008; SILVA, 2014). Técnicas contábeis foram utilizadas para dar respostas gerenciais aos nazistas, uma vez que os judeus foram tratados, por aquele regime, como objetos, sendo muitas vezes utilizados como mão de obra escrava. Hilberg (2006) explica que a partir de 1940, os prisioneiros judeus foram obrigados a trabalhar em empresas que utilizavam técnicas contábeis como a elaboração de orçamento e auditoria. Os prisioneiros eram tatuados com números e registrados em livro de controle (FUNNELL, 1998).

Lippman e Wilson (2007) explicam que os centros de concentração eram administrados como centros de lucro, que elaboravam suas declarações de rendimentos e analisavam quanto cada prisioneiro judeu rendia às empresas nazistas. Nesses prisioneiros, eram aplicadas técnicas contábeis como, a estimação de sua vida útil com taxa de depreciação (cerca de 9 meses de vida) e seu valor residual (LIPPMAN; WILSON, 2007). Após a morte dos prisioneiros, os contadores nazistas buscavam ganhos residuais e subprodutos mediante a venda de suas roupas, economia com alimentação, extração do ouro dos dentes, retirada da gordura corporal (quando havia) para a produção de sabão e a utilização das cinzas, obtidas com a incineração dos corpos, como fertilizante (HILBERG, 2006; LIPPMAN; WILSON, 2007). A análise de custo/benefício era aplicada em todos esses procedimentos. Talvez a mais terrível de todas as análises tenha sido a da forma mais econômica de executar as crianças judias. Foi comparado o custo de matar as crianças com a utilização de gás e, posteriormente, queimar seus corpos, com prontamente queimá-las, ainda vivas e conscientes (GREENBERG, 1975; FLEISCHNER, 1977; LIPPMAN; WILSON, 2007). Apesar da segunda opção ser mais desumana e cruel, os contadores a escolheram por gerar uma economia de alguns centavos de *Reichsmarks* (LIPPMAN; WILSON, 2007).

Outro exemplo da utilização da Contabilidade por regimes autoritários, como forma de explorar a dignidade humana, foi a escravidão dos negros (SILVA, 2014). A autora explica que os escravos eram tratados como mercadorias e podiam ser alugados, vendidos, trocados ou até mesmo hipotecados. Eram atribuídos valores monetários aos escravos, assim, podiam ser utilizados em operações de crédito (FLEISCHMAN; TYSON, 2004; SILVA, 2014). Os escravocratas possuíam livros de registro, nos quais documentavam as transações realizadas (HOLLISTER; SCHULTZ, 2010), sendo os escravos categorizados (FLEISCHMAN; TYSON, 2004). A Contabilidade colaborou significativamente com a

escravidão e viabilizou o intercâmbio das transações escravistas e a sistematização das trocas, tornando-a um negócio (FLEISCHMAN; TYSON, 2004).

O Holocausto e a escravidão são apenas dois exemplos da responsabilidade social que a Contabilidade e seus profissionais possuem. São temas que servem de oportunidade para refletir o significado social da Contabilidade, sendo essa uma significativa ferramenta que pode ser utilizada – e deve ser – de maneira ética. Os contadores daquelas épocas (Holocausto e escravidão) poderiam se defender afirmando que estavam “apenas cumprindo ordens”. Mas, atualmente, não existem empresas que possuem funcionários trabalhando em situações análogas à escravidão? Ou, quando um contador manipula as informações para beneficiar um grupo e prejudicar outro, isso não é uma forma de promover a desigualdade? A justificativa “apenas cumpro ordens” tem cada vez menos validade para os profissionais da área.

5 | CAMINHOS PARA A CONTABILIDADE

É possível sugerir algumas melhorias para a Contabilidade. A ausência de teorias na Ciência Contábil é um fato que inibe seu avanço, limita a realização de testes empíricos e a interpretação dos achados de pesquisas que analisam associações entre variáveis contábeis e outras variáveis econômicas (FARIAS; MARTINS, 2015; HOLTHAUSEN; WATTS, 2001).

A Contabilidade pode melhorar sua capacidade de medir os recursos intangíveis das organizações, incluem-se nesses: o capital intelectual e o *goodwill* (IUDÍCIBUS, 2007, 2012; IUDÍCIBUS; MARTINS, 2015). Como é sabido, há dificuldades e subjetividade em mensurar o valor desses ativos, bem como é reconhecida sua importância para as organizações. Muitas empresas apresentam expressiva diferença entre seu valor de mercado (reconhecido em bolsa de valores) e seu valor registrado no Patrimônio Líquido, sendo os recursos intangíveis os principais responsáveis pelo sucesso das organizações (HITT *et al.*, 2000). O avanço na capacidade de medir os recursos intangíveis vai ao encontro de uma melhor GC. Como aponta o IBGC (2015, p. 20), um dos princípios básicos para uma boa governança é a transparência que “não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização”.

Outro avanço que auxiliaria a ciência e, concomitantemente, os agentes envolvidos na governança, seria uma melhor construção de teorias que definam o lucro e seus componentes (FARIAS; MARTINS, 2015). Uma melhor compreensão e representação do conceito de lucro e seus componentes ajudaria os agentes na obrigação de prestar contas de suas ações de maneira clara e compreensiva. Muitos pesquisadores conduzem seus estudos acerca do lucro e seus componentes baseando-se em padrões propostos, em vez

de observar o fenômeno como realmente ocorre (HOLTHAUSEN; WATTS, 2001).

As boas práticas de governança são pautadas, como já mencionado, no princípio da transparência. Um nível elevado de transparência do funcionamento da organização contribui, positivamente, para sua reputação e a de seus gestores, além disso, “a reputação positiva pode minimizar os custos de transação pela redução do custo de capital ao fomentar confiança” (IBGC, 2015, p. 73). Entretanto, a correta aplicação e divulgação dos procedimentos contábeis vigentes nem sempre garantem a compreensão por parte de seus usuários, cabendo à Ciência Contábil desenvolver meios para se tornar mais inteligível. Sugere-se que a Contabilidade aprimore o conceito de valor (não apenas registre custos), desenvolva a teoria acerca das noções de custos imputados, custos econômicos, custo de oportunidade, custos perdidos e a análise dos elementos patrimoniais pelo seu *Value at Risk*; demonstre uma pluralidade de resultados, assim, conseguirá, verdadeiramente, elevar-se cientificamente (IUDÍCIBUS, MARTINS; CARVALHO, 2005). Avançar na capacidade de avaliar e diminuir a subjetividade significa colaborar com a governança.

Ainda na direção de oportunidades de avanço, a Contabilidade necessita desenvolver outros tipos de mensuração, além da financeira, para que consiga analisar a produtividade de uma organização em termos de valores gerados para si e para as demais partes interessadas (MARTIN, 2002). Tem-se falado em desenvolver modelos de Relato Corporativo Integrado, com o objetivo de associar a dimensão econômico-financeira com o impacto econômico, social e ambiental da atuação das organizações. É responsabilidade dos gestores zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, devendo considerar seus diversos capitais – financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, entre outros (IBGC, 2015).

Deve-se expandir o alcance das demonstrações contábeis, de modo que seu foco não se restrinja a informar os credores, investidores e fisco, mas sim, toda a sociedade. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um bom exemplo de instrumento utilizado para tal fim. Os agentes envolvidos na governança devem buscar meios de informar a sociedade sobre sua atuação diante de temas como “sustentabilidade, corrupção, fraude, abusos nos incentivos de curto prazo para executivos e investidores, além da complexidade e multiplicidade de relacionamentos que as organizações estabelecem com os variados públicos” (IBGC, 2015, p. 13).

Farias e Martins (2015) afirmam que a ausência de uma teoria abrangente acerca das imperfeições de mercado limita a investigação dos determinantes e consequências das escolhas dos métodos contábeis. Além disso, a Contabilidade precisa evoluir na avaliação do valor recuperável dos ativos e ser mais dinâmica, assim, conseguirá ser melhor aplicada no contexto das organizações (TUOMINEN, 2000). Observa-se que algumas técnicas da Contabilidade estão relacionadas com o imobilismo e a ineficiência das estruturas organizacionais verticais, baseadas em princípios como, hierarquia e especialização funcional (MARTIN, 2002). Em contrapartida, a estrutura de governança de

uma organização é dinâmica, sendo formada por muitos membros, como: sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, comitê de auditoria, conselho fiscal, entre outros.

Por fim, a padronização pode estar inibindo a evolução da ciência e levando os pesquisadores a uma interpretação errônea dos demonstrativos e, conseqüentemente, da real situação das empresas (IUDÍCIBUS; LOPES, 2002). A academia deve questionar tal situação e conduzir estudos para verificar as vantagens e desvantagens da aderência da padronização de normas nacionais e internacionais e, se a padronização já realizada trouxe as vantagens prometidas. É sabido que procedimentos padronizados facilitam o trabalho e a comparabilidade da atuação dos agentes, pois padronizar os procedimentos significa ganhar mais oportunidades de comparação e, em contrapartida, inibir o avanço da ciência devido ao cerceamento da criatividade e da liberdade de profissionais (NIYAMA; SILVA, 2008).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para os profissionais da Contabilidade “o que é, e para que serve a Contabilidade?” pode ser uma pergunta difícil de ser respondida. Perguntas ainda mais complexas seriam “como funciona a Contabilidade, e qual é a ‘lógica’ de seu funcionamento?” e “como a Contabilidade afeta a vida das pessoas?”. Responder às perguntas do funcionamento da Contabilidade utilizando o argumento “porque o Fisco exige”, é tão vago, para a ciência, quanto o argumento “porque Deus quis”. É realmente difícil explicar como funciona a Contabilidade, talvez, porque poucas vezes perguntas como essas são feitas.

Finalizando o debate, algumas considerações são pertinentes. Ressalta-se a importância de os estudiosos da área buscarem desenvolver as teorias da Contabilidade. Entender a lógica da Ciência Contábil é importante, entre outras razões, porque nem sempre as normatizações são claras, deixando os profissionais da Contabilidade em situações nas quais, somente mediante embasamento teórico, podem justificar suas ações. Muito tem se falado em GC como uma opção para solucionar os problemas apontados pela Teoria da Agência, entretanto, há de ser lembrado que a gestão das empresas e as informações utilizadas como base para a aplicação da GC são fortemente pautadas na Ciência Contábil e suas teorias.

Em um cenário perfeito (utópico) a Contabilidade e suas teorias conseguiriam explicar todos os fenômenos (financeiros e gerenciais) relacionados à atuação dos gestores e, conseqüentemente, ao patrimônio das organizações, logo, não haveria assimetria informacional. Toda a variação patrimonial, considerando valores tangíveis e intangíveis, seria explicada pela Contabilidade. Nesse cenário de desenvolvimento máximo da Ciência Contábil e suas teorias, as ações confrontantes aos interesses dos principais e toda ação oportunista por parte dos agentes seriam facilmente identificadas. Defende-se que o

desenvolvimento da Contabilidade é uma opção para colaborar com a GC e amenizar, em grande parte, os problemas de agência.

A Contabilidade sempre evoluiu quando a sociedade se modificou e criou cenários, buscando solucionar as demandas cobradas, mas, poucas vezes se antecipou às mudanças. É bastante vasto o campo que os pesquisadores podem explorar, entretanto, necessitam de ousadia para pensar além das normas estabelecidas e, assim, consigam resolver problemas atuais e antecipar cenários que a sociedade exigirá, sempre com responsabilidade social e de maneira ética.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; SANTOS, J. F.; FERREIRA, L. F. V. M.; TORRES, F. J. V. Evolução da qualidade das práticas de Governança Corporativa: um estudo das empresas brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, p. 907-924, 2010.

ANDRADE, G. A. R. Estudo econométrico dos efeitos da migração para OIGC: índice de ações com Governança Corporativa diferenciada da Bovespa. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 39-53, 2008.

ARRUDA, G. S.; MADRUGA, S. R.; FREITAS JUNIOR, N. I. A Governança Corporativa e a Teoria da Agência em consonância com a controladoria. **Revista de Administração da UFSM**, v. 1, n. 1, p. 71-84, 2008.

BLAIR, M. M. **Ownership and control: rethinking corporate governance for the twenty-first century**. 1. ed. Washington: Bookings Institutions, 1995.

BORBA, J. A.; POETA, F. Z.; VICENTE, E. F. R. Teoria da Contabilidade: uma análise da disciplina nos programas de mestrado brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 124-138, 2011.

BORTOLON, P. M.; SILVA JUNIOR, A. Fatores determinantes para o fechamento do capital de companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 140-153, 2015.

BOTINHA, R. A.; LEMES, S. Escolha do uso do Valor Justo para propriedades para investimentos: uma influência das características de empresas listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n. 1, p. 22-40, 2016.

CALVE, A.; NOSSA, V.; PAGLIARUSSI, M. S.; TEIXEIRA, A. J. C. Um estudo de Governança Corporativa nos hospitais filantrópicos do Espírito Santo. **Revista Universo Contábil**, v. 9, n. 4, p. 128-143, 2013.

CARVALHAL DA SILVA, A. L. Governança Corporativa, valor, alavancagem e política de dividendos das empresas brasileiras. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 39, n. 4, p. 348-361, 2004.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Arcabouço teórico para os estudos de Governança Corporativa: os pressupostos subjacentes à Teoria da Agência. **Revista de Gestão USP**, v. 15, n. 3, p. 1-10, 2008.

- CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Remuneração, composição do conselho de administração e estrutura de propriedade: evidências empíricas do mercado acionário brasileiro. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 7, n. 1, p. 2-37, 2014.
- CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Um índice de avaliação da qualidade da Governança Corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 55, p. 45-63, 2011.
- FARIAS, M. R. S.; MARTINS, G. A. Contabilidade como ramo de conhecimento: ciência, tecnologia e prática. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 3, p. 27-42, 2015.
- FIELDS, T.; LYS, T.; VICENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1/3, p. 255-307, 2001.
- FLEISCHMAN, R. K.; TYSON, T. N. Accounting in service to racism: monetizing slave property in the antebellum South. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, n. 1, p. 376-399, 2004.
- FLEISCHNER, E. (ed.) **Auschwitz: Beginning of a New Era?** 1. ed. New York: Ktav Publishers, 1977.
- FUNNELL, W. Accounting in the service of the Holocaust. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 9, n. 4, p. 435-464, 1998.
- GREENBERG, I. **Confronting the Holocaust and Israel**. 1. ed. New York: CLAL, 1975.
- GROSSMAN, S. J.; HART, O. An analysis of the principal-agent problem. **Econometrica**, v. 51, n. 1, p. 7-45, 1983.
- GRÜN, R. Convergência das elites e inovações financeiras: a Governança Corporativa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 57-90, 2005.
- HALTER, M. V.; DE ARRUDA, M. C. C. Inverting the pyramid of values? Trends in less-developed countries. **Journal of Business Ethics**, v. 90, n. 32, p. 267-275, 2009.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDÁ, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HILBERG, R. **La destruction des juifs d'Europe**. 3. ed. Paris: Éditions Gallimard, 2006.
- HITT, M. A. *et al.* **Strategic management: competitiveness and globalization**. 4. ed. Cincinnati: Southwestern College Publishing, 2000.
- HOLLISTER, J.; SCHULTZ, S. M. Slavery and emancipation in rural New York: evidence from nineteenth-century accounting records. **Accounting History**, v. 15, n. 3, p. 371-405, 2010.
- HOLM, C.; SCHOLER, F. Reduction of asymmetric information through corporate governance mechanisms – the important of ownership dispersion and exposure toward the international capital market. **Corporate Governance: An International Review**, v. 18, n. 1, p. 32-47, 2010.
- HOLMSTRO, B. Moral hazard and observability. **The Bell Journal of Economics**, v. 10, n. 1, p. 74-91, 1979.

HOLTHAUSEN, R. W.; WATTS, R. L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, n. 1/3, p. 3-75, 2001.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

IUDÍCIBUS, S. Ensaio sobre algumas raízes profundas da Contabilidade, em apoio aos princípios fundamentais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 1, n. 1, p. 8-15, 2007.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade: evolução e tendências. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 2, p. 5-13, 2012.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. De volta para o futuro: óbito presumido e outros mitos que habitam o castelo da Contabilidade. **UnB Contábil** (Cessou em 2007; continuou como: ISSN 1984-3925 Contabilidade, Gestão e Governança), v. 5, n. 2, p. 53-60, 2002.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. A. Estudando e pesquisando teoria: o futuro chegou? **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 1, p. 06-24, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 16, n. 38, p. 7-19, 2005.

IUDÍCIBUS, S.; RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. G. PEDERNEIRAS, M. M. M. Uma reflexão sobre a Contabilidade: caminhando por trilhas da “teoria tradicional e teoria crítica”. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 8, n. 4, p. 274-285, 2011.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KAM, V. **Accounting theory**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1990.

KRIECK, P. A.; KAYO, E. K. Teoria da Agência e Governança Corporativa: um estudo de evento em fusões e aquisições de 2000 a 2012. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2013.

LAMEIRA, V. J.; NESS, W. L.; MACEDO-SOARES, T. D. L. Governança Corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração da USP**, v. 42, n. 1, p. 64-73, 2007.

LEAL, R. P. C.; CARVALHAL-DA-SILVA, A. L.; VALADARES, S. M. Estrutura de controle das companhias brasileiras de capital aberto. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 7-18, 2002.

LIPPMAN, E. J.; WILSON, P. A. The culpability of accounting in perpetuating the Holocaust. **Accounting History**, v. 12, n. 3, p. 283-303, 2007.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 58, p. 52-64, 2012.

MAPURUNGA, P. V. R.; PONTE, V. M. R.; COELHO, A. C. D.; MENESES, A. F. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 57, p. 263-278, 2011.

MARION, J. C. A disciplina teoria da Contabilidade nos cursos de graduação – algumas considerações. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 8, n. 2, p. 3-8, 1997.

MARQUES, V. A.; ALVES, R. F. C.; AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. Relação entre níveis de governança, política de dividendos, endividamento e valor das empresas brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, n. 2, p. 4-26, 2015.

MARTIN, N. C. Da Contabilidade à controladoria: a evolução necessária. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 13, n. 28, p. 7-28, 2002.

MARTIN, N. C.; SANTOS, L. R.; DIAS FILHO, J. M. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 34, n. 1, p. 7-22, 2004.

MARTINS, A. I.; FAMÁ, R. O que revelam os estudos realizados no Brasil sobre política de dividendos? **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 1, p. 24-59, 2012.

MATTESSICH, R. Academic Research in Accounting: The Last 50 Years. **Asia-Pacific Journal of Accounting**, v. 3, n. 1, p. 3-81, 1996.

MENDONÇA, O. R.; CARDOSO NETO, R. L.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. A Contabilidade ao serviço do nazismo: uma análise da utilização da Contabilidade como instrumento de poder. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 2, n. 2, p. 4-14, 2008.

MOSTOVICZ, I.; KAKABADSE, N.; KAKABADSE, A. CSR: the role of leadership in driving ethical outcomes. **Corporate Governance**, v. 9, n. 4, p. 448-460, 2009.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

QUEIROZ, D. B.; NOBRE, F. C.; SILVA, W. V.; ARAÚJO, A. O. Transparência dos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 2, p. 38-51, 2013.

ROSS, S. The economic theory of agency: the principal's problem. **American Economic Review**, v. 63, n. 2, p. 134-139, 1973.

SANTANDER, Z. B. G. Níveis diferenciados de Governança Corporativa e o efeito sobre o risco de suas ações. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. **Journal of Finance**, v. 22, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, A. R. A prática da Contabilidade ao serviço da escravatura no Brasil: uma análise bibliográfica e documental. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 25, p. 346-354, 2014.

SOUZA, F. C.; BORBA, J. A. Governança Corporativa e remuneração de executivos: uma revisão de artigos publicados no exterior. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 2, p. 35-48, 2007.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; WUERGES, A. F. E.; LUNKES, R. J. Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 2, p. 06-24, 2015.

TAPLIN, R.; YUAN, W.; BROWN, A. The use of fair value and historical cost accounting for investment properties in China. **Australasian Accounting, Business and Finance Journal**, v. 8, n. 1, p. 101-113, 2014.

TUOMINEN, K. **Managing change**. 1. ed. Milwaukee: ASQ Quality Press, 2000.

TURNBULL, S. Corporate Governance: its scope, concerns and theories. **Corporate Governance: An International Review**, v. 5, n. 4, p. 180-205, 1997.

VARGAS, L. H. F.; ALMEIDA, J. E. F.; MARIA JUNIOR, E. Lucro e prejuízo sob a perspectiva da administração: como os resultados são apresentados nos relatórios de administração? **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 4, p. 351-368, 2014.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. 1. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1986.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 5, 20, 29, 32, 39, 40, 41, 43, 44, 60, 71, 72, 77, 83, 87, 95, 97, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 154, 160, 166, 167, 168, 181, 187, 194, 202, 214, 215, 216, 223, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 246, 247, 250, 251, 254, 263, 271, 272, 273, 274, 275, 278, 279, 284, 285, 286, 334, 335, 347

Agência 162, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 231

Almoxarifado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11

Assédio moral 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124

Auditoria 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 224, 225, 228

B

B3 222, 234, 235, 236, 239, 241, 244

Brasil 12, 32, 34, 44, 57, 71, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 108, 109, 110, 124, 139, 140, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 163, 172, 175, 180, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 214, 215, 216, 222, 230, 231, 232, 236, 245, 246, 247, 249, 257, 272, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 291, 292, 323

C

Cadeia de suprimento 30, 31, 32, 33

Cadeia produtiva 135, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 217

Carreira 137, 274, 275, 278, 279, 280, 281, 283

Competência(s) 32, 33, 111, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 182, 183, 187, 188, 191, 192, 237, 238

Comportamento 23, 34, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 84, 120, 122, 200, 223, 234, 239, 241, 243, 244, 254, 260, 267, 270, 278, 308, 334

Comprador(es) 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 55, 252

Construção civil 234, 236, 238, 239, 241, 244, 245

Consumidor 43, 44, 45, 48, 49, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 90, 92, 95, 254, 260, 267, 269, 270, 321, 334, 337, 339

Contabilidade 11, 13, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 245, 246, 273

Cuba 74, 80, 81, 82, 83, 85, 86

Cultura organizacional 78, 100, 105, 106, 107, 157, 208, 336, 341, 344, 345, 346

E

Embalagens 61, 67, 72, 194, 195, 202, 203, 212, 213

Empreendedor 171, 194, 196, 199, 201, 202, 212, 216

Empreendedorismo 87, 168, 169, 172, 194, 200, 213, 214, 308

Empresa(s) 9, 2, 3, 10, 15, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 54, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 107, 116, 117, 123, 126, 127, 136, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 167, 171, 172, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 239, 240, 241, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 277, 308, 309, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 321, 345, 346, 347

Ensino superior 117, 118, 136, 141, 320, 321, 323, 336, 337

Equipe 3, 7, 10, 100, 186, 190, 191, 251, 264, 281

Estoque(s) 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12

Estratégia 2, 31, 63, 94, 147, 148, 156, 171, 172, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 197, 201, 205, 214, 215, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 258, 264, 267, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 279, 285, 335, 347

F

Fila(s) 14, 15, 16, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 320, 328, 329, 330, 333

Fornecedor(es) 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 91, 150, 152, 155, 184, 186, 190, 191, 218, 219, 221, 268, 269

G

Gestão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 30, 33, 34, 40, 63, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 108, 110, 124, 136, 137, 140, 145, 146, 147, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 165, 166, 167, 179, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 198, 210, 213, 214, 216, 219, 221, 222, 228, 229, 231, 255, 272, 274, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 322, 334, 347

Gestor(es) 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 30, 32, 34, 35, 39, 110, 135, 140, 141, 142, 144, 157, 182, 186, 187, 188, 190, 191, 201, 212, 219, 220, 221, 224, 227, 228, 275, 277, 289, 324, 328

Governança corporativa 113, 124, 218, 219, 221, 222, 229, 230, 231, 232, 233

I

Inconsciente 43, 46

Informação 9, 12, 38, 44, 47, 49, 88, 89, 90, 95, 97, 138, 150, 151, 183, 184, 190, 191, 192, 203, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 214, 219, 221, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 245, 247, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 325

Inovação 41, 85, 88, 113, 124, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215,

216, 217, 347

M

Marketing 33, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 107, 138, 151, 155, 171, 184, 193, 247, 250, 255, 256, 258, 260, 265, 271, 273, 308, 309, 320, 321, 322, 324, 325, 327, 334, 335, 345, 346

Mercado 3, 4, 10, 12, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 90, 94, 95, 96, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 152, 155, 169, 170, 171, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 209, 218, 222, 226, 227, 230, 236, 238, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 282, 291, 310, 311, 324, 337

México 106, 107, 125, 126, 127, 132, 295, 298, 300, 308, 311, 312, 317, 318, 345, 346, 347

Microempresa(s) 247, 248, 249, 252, 255, 272, 314

Mudanças climáticas 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

N

Navio(s) 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 28, 29

Neuromarketing 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

O

Organização 1, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 15, 35, 55, 63, 64, 66, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 90, 94, 109, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 156, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 200, 201, 216, 219, 220, 221, 222, 226, 227, 228, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 258, 265, 270, 275, 276, 277, 278, 288, 289, 321, 323, 324

P

PAC 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294

Patentes 194, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Planejamento 2, 3, 5, 7, 9, 12, 17, 32, 64, 68, 72, 79, 80, 82, 99, 138, 142, 146, 193, 215, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 269, 270, 271, 272, 273, 282, 284, 287, 289, 290, 292, 294

Políticas públicas 45, 57, 171, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 321, 323, 347

Porto 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 28, 29, 40, 99, 123, 124, 145, 146, 180, 181, 193, 214, 215, 245, 271, 272, 284, 294, 334, 335

Propriedade industrial 194, 195, 197, 204, 208, 214, 215, 216, 217

Q

Qualidade 3, 6, 8, 10, 13, 31, 34, 65, 71, 81, 85, 100, 109, 111, 112, 139, 169, 170, 172, 174, 184, 190, 229, 230, 250, 251, 252, 253, 259, 287, 288, 290, 291, 292, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 336, 337

R

Registro 1, 141, 197, 198, 204, 211, 216, 225, 305

Responsabilidade social 55, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 85, 86, 160, 218, 226, 229

S

Satisfação 2, 39, 43, 45, 64, 69, 100, 258, 261, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Secretariado executivo 182, 183, 187, 188, 191, 192, 193

Sustentabilidade 79, 113, 124, 155, 156, 157, 158, 160, 166, 183, 227, 251

T

Tecnologia 12, 38, 61, 70, 71, 72, 85, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 137, 148, 149, 150, 151, 160, 165, 166, 183, 184, 185, 187, 193, 197, 198, 199, 201, 214, 230, 272, 274, 275, 280, 284, 285, 286, 335, 347

Teoria 13, 14, 15, 19, 21, 28, 29, 39, 46, 52, 54, 55, 139, 145, 146, 181, 183, 184, 193, 194, 196, 199, 200, 202, 204, 205, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 272, 294, 325

Trabalho 2, 3, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 20, 29, 47, 57, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 96, 98, 100, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 123, 124, 126, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 170, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 198, 202, 211, 212, 214, 220, 225, 228, 232, 234, 239, 240, 255, 256, 257, 258, 260, 264, 269, 270, 274, 275, 279, 283, 284, 285, 291, 334, 335

U

Universidade 14, 30, 61, 71, 72, 73, 74, 87, 108, 117, 118, 146, 154, 161, 166, 168, 182, 213, 214, 218, 229, 234, 246, 271, 274, 285, 286, 287, 294, 320, 322, 323, 327, 328, 334, 335, 336, 347

V

Vantagem competitiva 5, 31, 32, 33, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 78, 157, 158, 178, 179, 186, 190, 192, 197, 209, 249, 250, 252, 259, 272

Variáveis fundamentalistas 234, 235, 236, 238, 239, 241, 244, 245



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2021



ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2021